
A dramaturgia dos ataques à imprensa na tela da TV: a agressão aos jornalistas como notícia no Jornal Nacional¹

Gabriel LANDIM²
Iluska COUTINHO³

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora - MG

Resumo:

Segundo relatório da Federação Nacional dos Jornalistas, em 2020 foram registrados 428 ataques a profissionais da imprensa. Foi o primeiro ano da pandemia da Covid-19, período em que o jornalismo se tornou ainda mais essencial, e o segundo ano de mandato do presidente da república Jair Bolsonaro, responsável por grande parte dos episódios de violência. A TV e seus profissionais se tornaram um dos principais alvos; jornalistas são atacados e os episódios registrados. Por meio do referencial teórico da dramaturgia do telejornalismo (COUTINHO, 2012) e da pesquisa empírica com o método da Análise da Materialidade Audiovisual (AMA), o artigo analisa os episódios de ataque à imprensa que foram exibidos no JN em 2020. Apontados pela Fenaj, todos tiveram relação com a política e a atuação dos jornalistas como personagens das narrativas em tela.

Palavras-chave: Telejornalismo; política; violência; imprensa; Jornal Nacional.

Introdução

A violência contra a imprensa no Brasil vem crescendo significativamente nos últimos anos e se acentuou a partir do segundo ano de mandato do presidente da república Jair Bolsonaro (PL) e no primeiro ano da pandemia da Covid-19 no Brasil, em 2020. É o que aponta a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Segundo o Relatório 2020 da Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil, o ano foi um dos mais violentos para os profissionais desde a década de 1990, quando episódios assim começaram a ser registrados. Foram 428 casos de violência, mais que o dobro dos

¹ Trabalho apresentado no GP Telejornalismo, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFJF. Integrante do grupo de pesquisa Núcleo de Jornalismo e Audiovisual (NJA). Jornalista na TV Integração Afiliada Globo. E-mail: gabriellandim@outlook.com.

³ Doutora. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Coordenadora do grupo de pesquisa Núcleo de Jornalismo e Audiovisual (NJA). Jornalista. E-mail: iluskac@globocom.com.

registros de 2019, quando foram 208. O número de 2020 só não é maior que o de 2021, quando foram 430 episódios. O presidente da república Jair Bolsonaro foi o responsável direto por 175 casos (40%). As ações do presidente, ao descredibilizar a imprensa, fazem explodir, também, as atitudes violentas de seus apoiadores. Ao se apresentar como uma suposta figura ideal para solucionar os problemas do país, ele parece tentar estabelecer a imagem de um líder correto e que não erra. E, para que suas convicções e ideologias não sejam contraditas, Bolsonaro passou a criticar e hostilizar a imprensa cada vez mais, agredindo e cerceando jornalistas, abrindo espaço para que seus seguidores fizessem o mesmo. A internet foi o meio mais utilizado para isso.

Com este movimento, veículos tradicionais de comunicação passaram a ser atacados. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, a TV sempre foi o principal meio de informação para os brasileiros. No último levantamento, em 2018, ela estava presente em 96,4% dos 71.738 lares do país, enquanto 79% deles tinham internet. Contudo, mesmo liderando o cenário da informação, a TV passou a ser um alvo frequente de hostilidades. Enquanto os jornalistas sempre contaram histórias de outras pessoas, passaram a narrar, com mais frequência, conflitos em que eles mesmos são personagens. Essa abordagem pode ser compreendida a partir da dramaturgia do telejornalismo, conceito teórico proposto por Iluska Coutinho (2012), que toma os itens e elementos narrativos usados em tramas com origens na representação da ação como forma preferencial para contar os fatos no telejornal. Pela Análise da Materialidade Audiovisual (AMA), método proposto por Coutinho (2016; 2018), pretende-se analisar as narrativas dos episódios de agressão à imprensa em 2020, elencados pela Fenaj e noticiados no Jornal Nacional (JN). O objetivo é mapear as notícias veiculadas sobre o assunto, apontar os elementos audiovisuais utilizados pela emissora para noticiar os episódios – a partir da Análise da Materialidade Audiovisual – e suas relações com a política, sobretudo com o presidente da república Jair Bolsonaro – autor de grande parte dos ataques. Objeto empírico tomado como recorte nessa investigação, o JN, foi escolhido por ser o principal telejornal da TV Globo e da televisão aberta no Brasil, e por ter sido um dos principais alvos de recentes ataques no país. A emissora é acusada, principalmente, pelo presidente Jair Bolsonaro e seus seguidores, de causar um alarmismo intencional, principalmente durante a pandemia da Covid-19. Consequentemente, os profissionais da emissora e afiliadas também se tornaram alvos.

As ideologias políticas e os ataques à imprensa

Ao tratar da relação dos episódios noticiados com o chefe de estado do Brasil, se faz necessário compreender o impacto das ideologias políticas neste processo. Apesar de utilizadas com ênfase nos períodos eleitorais, as ideologias são propagadas ininterruptamente, causando influências diretas na sociedade. Jean-Marie Domenach (1963) trata “A Propaganda Política”, nome de sua obra, como uma propagação contínua de ideologias. Domenach (1963, p. 8) destaca que o objetivo é “[...] criar, internamente, a coesão e o entusiasmo e instaurar, no campo inimigo, a desordem e o medo”, contexto semelhante ao atual vivenciado pelos brasileiros. Jair Bolsonaro, ao propagar suas convicções, cria uma guerra de informação, alimentando entusiasmo em seus seguidores e tentando desordenar o trabalho da imprensa. A propagação tem eficácia, pois há a construção de uma mitologia na figura do líder político, como alguém que unicamente poderia salvar a nação dos problemas. Com a ideia de que o suposto salvador dos problemas dificilmente poderá errar, se cria, segundo Domenach (1963), uma mitologia de libertação e salvação. A palavra “mito”, para o autor, é ligada diretamente aos sonhos da sociedade pela idealização de um mundo melhor. Não à toa, os gritos mais comuns em apoio a Bolsonaro são munidos da palavra “mito”. Como estratégia de convencimento, o autor destaca a propaganda de Hitler, ao que chama de “artilharia psicológica”:

[...] Essa propaganda não mais designa objetivos concretos; ela se derrama por meio de gritos de guerra, de imprecações, de ameaças, de vagas profecias e, se faz promessas, essas são a tal ponto malucas que só atingem o ser humano em um nível de exaltação em que a resposta é irrefletida. [...] Em virtude de sua força intrínseca, constitui uma verdadeira "artilharia psicológica", onde se emprega tudo quanto tenha valor de choque, onde finalmente a ideia não conta, contanto que a palavra penetre. (DOMENACH, 1963, p. 14)

Assim, para Domenach (1963, p.17), “quando o inimigo parece insubmisso, é afogado; porém, desde que respira, é de novo ameaçado”. A estratégia, apontada por Domenach, de se concentrar em um só alvo nos ataques, parece ser utilizada por Bolsonaro, que visa os jornalistas em suas hostilidades. Aliás, este tipo de propaganda pode fazer com que o mito se sobreponha à racionalidade e, conseqüentemente, que as

convicções se sobressaíam. Neste contexto, estão os usos recorrentes da notícia falsa e da censura.

[...] a censura, visando a interditar a difusão de notícias contrárias à causa que se defende e aos fatos que se pretende estabelecidos; a falsa notícia, cujo alvo é a criação dos fatos que virão em apoio da tese sustentada, a partir de um acontecimento real deformado ou até de uma ocorrência forjada em todos os seus aspectos. [...] Ela, contudo, faz estragos regularmente na imprensa dos países democráticos, onde amiúde prefere o modo condicional ao afirmativo. [...] (DOMENACH, 1963, p. 38)

Assim, é possível que se crie grupos mitológicos que se rompem com a veracidade das informações. O então candidato Jair Bolsonaro conseguiu se destacar pelas mídias sociais nas eleições de 2018, com um tempo reduzido de propaganda gratuita na TV e no rádio. Unidos às suas postagens, seus apoiadores se mostravam cada vez mais adeptos dessa onda de compartilhamento pela Internet. Esses atores sociais, insatisfeitos com a notícia elencada como verdade pela TV, usam de um poder ilusório nas redes para propagar aquilo que acredita ser real. Parte deles, se revolta com o telejornalismo e os profissionais da informação.

O jornalista, que historicamente corre risco nas ruas, se vê diante de desafios ainda maiores para garantir sua segurança, diante de uma crescente de episódios agressivos, como evidenciam Gabriel Landim de Souza e Iluska Coutinho (2021; 2021). Há quem se manifeste até mesmo diante das câmeras da emissora. Furiosas, essas pessoas tomam, à força, o microfone dos repórteres e até danificam os equipamentos. Os indivíduos “revoltados” chegam a usar força física como alternativa para barrar a emissão de informações que possam contrariar suas convicções. Em muitas vezes há agressões verbais e, em certos casos, violência física. Os jornalistas, de narradores de histórias, passam a ser personagens das tramas, como veremos a seguir.

A violência contra a imprensa na tela do JN

Os jornalistas costumam ser os narradores das histórias de outras pessoas, mas em um número cada vez mais frequente de casos, se tornam também personagens da matéria. Neste caso, as narrativas telejornalísticas falam de vivências da própria emissora de TV e seus profissionais. Nestes conflitos, há papéis recorrentes, como os de vítimas e vilões.

A dramaturgia do telejornalismo (COUTINHO, 2012) seria a forma hegemônica de organização das informações nas telas, com a representação da ação informativa, mas também dramática. A partir desse diálogo teórico, as coberturas jornalísticas dos episódios de agressão exibidos no JN serão analisadas nessa perspectiva, a partir da dimensão narrativa do conflito na tela. Por meio da Análise da Materialidade Audiovisual (AMA), serão verificados o conflito apresentado, os personagens da narrativa, os papéis assumidos por quem está presente no fato – como vilões e vítimas – e os aspectos audiovisuais utilizados para contar a história.

Dos 428 casos de casos violentos contra jornalistas registrados pela Fenaj em 2020, 10 foram noticiados pelo JN, segundo observação feita a partir do repositório audiovisual GloboPlay. Percebe-se que a preferência editorial foi por noticiar casos mais graves, de relevância nacional, sobretudo os que foram registrados por uma câmera – portanto, com materialidade audiovisual – ou ainda que tiveram como agressor o presidente Bolsonaro. De todos os registros envolvendo a TV Globo e afiliadas, quatro foram noticiados, evidenciando que o critério para virar notícia não foi apenas o de pertença à instituição. A seguir, vamos compreender a construção das 10 narrativas audiovisuais criadas pelo JN em 2020 para noticiar os episódios que tiveram ou não Jair Bolsonaro como agressor.

Os episódios que não tiveram Bolsonaro como agressor

O primeiro caso noticiado pelo JN no ano de 2020, que não teve como agressor o presidente da república, foi em três de maio. O conflito apresentado foi o de apoiadores do presidente, apresentados como os vilões da narrativa, contra jornalistas no exercício da profissão, as vítimas. Segundo o relatório da Fenaj, quatro jornalistas foram agredidos fisicamente em frente ao Palácio do Planalto. O repórter fotográfico Dida Sampaio, do jornal O Estado de S. Paulo, foi derrubado de uma escada, levou chutes e murros. Três colegas de outros veículos tentaram ajudar e também foram violentados. Outros jornalistas foram agredidos verbalmente. Ninguém foi preso.

Como o fato foi em um domingo, a edição de segunda-feira buscou uma novidade para abordar o assunto: a de que o Procurador-geral da República, Augusto Aras, pediu

ao Ministério Público que apurasse a autoria das agressões. No VT⁴ sobre o caso, foram utilizados recursos visuais para ressaltar o pedido do procurador-geral na tela. Tal recurso de arte auxilia no entendimento da notícia, além de evidenciar a importância dada pela edição ao ocorrido. Apesar de não haver imagens da agressão física, foram exibidos registros que mostram o momento em que os profissionais da imprensa foram hostilizados. O mesmo trecho do vídeo é exibido duas vezes. Destaca-se a importância da materialidade audiovisual como flagrante para a narrativa do fato. Uma foto dos agressores, com o rosto borrado, feita pelo próprio fotojornalista hostilizado, também é exibida no VT. A Associação Brasileira de Imprensa manifestou preocupação com as constantes agressões a jornalistas e a nota da entidade também foi destacada em arte na tela.

Os jornalistas agredidos não foram ouvidos no VT, assim como os agressores identificados pela polícia, que também não tiveram nomes e rostos revelados. Chama atenção a opção pelo uso da foto dos agressores identificados, mesmo borrando seus rostos – no texto o repórter explica que isso foi feito em respeito à lei de abuso de autoridade. O delegado responsável também não foi ouvido. O VT se ateu aos posicionamentos e documentos, por meio de artes. Isso mostra a opção editorial por não dar tanto destaque à agressão ao profissional em si, mas de apresentar o fato como um atentado à democracia.

O relatório da Fenaj também elencou casos de intimidação. Um deles, noticiado no JN, foi em 15 de junho. O ministro da Justiça André Mendonça pediu à Polícia Federal e à Procuradoria-Geral da República a abertura de inquérito para investigar uma charge reproduzida pelo jornalista Ricardo Noblat que associa o presidente Jair Bolsonaro ao nazismo. Noblat e o autor da charge Renato Aroeira seriam investigados com base na Lei de Segurança Nacional, que estabelece como crime caluniar ou difamar o presidente da república.

O JN abordou o episódio por meio de nota seca⁵. Bonner explicou o pedido de abertura de inquérito e descreveu a charge de maneira bastante resumida, dizendo: "uma charge que exhibe o presidente Jair Bolsonaro e faz alusão à suástica nazista", sem dar detalhes sobre a publicação. Destaca-se, inclusive, a opção editorial por não exibir a

⁴ "VT" vem da expressão "videotape", equipamento responsável por gravar o sinal de áudio e vídeo gerado por uma câmera. O termo é utilizado para identificar uma reportagem editada.

⁵ "Nota seca" é a notícia lida pelo apresentador sem nenhuma ilustração ou imagem.

charge, mesmo sendo essa uma possibilidade de recurso audiovisual para a narrativa. Também não houve uso de recursos visuais. Para além de uma intimidação contra o jornalista, o JN evidenciou o fato como uma tentativa de cerceamento da imprensa em geral, um atentado contra a liberdade de expressão, por isso a maior parte do conteúdo é voltada aos posicionamentos das entidades representativas da imprensa. Houve destaque para o fato considerado preocupante de se utilizar uma lei que defende o presidente de atentados como plano de fundo para condenar uma charge crítica de um profissional da imprensa. Não houve utilização de entrevistas. Também não houve espaço de fala para os jornalistas vitimados, nem do Ministério da Justiça e do Governo Federal, considerados os vilões. O papel do jornalismo, neste caso, fica claro, ao se utilizar como critério de noticiabilidade o fato de um cerceamento à informação e à liberdade de imprensa, apesar dos envolvidos não terem espaço de fala.

O ano também foi de registros de impedimento ao exercício da profissão. Um deles foi relatado no JN no dia 31 de agosto. De acordo com a Fenaj, o jornalista Paulo Renato Soares, repórter da TV Globo, foi impedido de entrevistar uma pessoa, ao vivo, na porta de um hospital no Rio de Janeiro. O caso era mais amplo e foi denunciado em VT da TV Globo. Funcionários da prefeitura faziam plantão na porta dos hospitais para impedir reclamações de pacientes e o contato deles com a imprensa. Eles organizavam as ações em um grupo de WhatsApp chamado "Guardiões do Crivella".

O VT do JN destacou que os funcionários da Prefeitura envolvidos no esquema não só impediam o trabalho da imprensa, mas calavam cidadãos que teriam queixas sobre o serviço público. O VT tem vários flagrantes de interrupções das entrevistas, evidenciando a importância da materialidade audiovisual como base para a narrativa de conflitos. Um dos registros mostra que uma equipe de reportagem precisou interromper a entrevista ao vivo diante das agressões verbais. A matéria denuncia também que os agressores são os próprios funcionários da prefeitura e, para isso, também se utiliza de flagrantes; uma das imagens mostra um dos agressores colocando o crachá e entrando no hospital. A mensagem principal é a de que os atos revelados tiravam o direito das pessoas de se manifestar e de se informar. Neste caso, fica evidente o conflito direto entre apoiadores do prefeito, considerados os vilões; e os jornalistas e a população do Rio, as vítimas. Na matéria investigativa, o repórter enfrenta os agressores, se utilizando do microfone e da câmera, como armas legitimadas pela liberdade de imprensa. Os agressores são colocados à mostra. A partir de artes, as informações de cargo e salário de

cada um deles foram posicionadas ao lado de seus rostos, facilitando o entendimento da notícia. Além dos flagrantes feitos no ato das gravações, os cinegrafistas também fizeram registros do "plantão" feito pelos funcionários para impedir o trabalho dos jornalistas, imagens que foram base para o texto que descreveu o esquema. Os trechos das conversas do grupo no whatsapp foram exibidos no VT, por meio de artes visuais, que facilitaram o entendimento. Um dos trechos revela que o grupo considerou como falha, o fato de uma equipe de reportagem ter conseguido fazer uma entrada ao vivo com êxito, sem interrupções. Um último recurso utilizado no VT foi o uso de sombra para não identificar um personagem, que fez parte do grupo e relatou o esquema. O recurso revela a responsabilidade do jornalismo em embasar a denúncia e proteger o personagem.

Neste caso, com exceção dos jornalistas vitimados, os demais envolvidos tiveram espaço de fala. Os próprios agressores, os vilões da narrativa, puderam se posicionar nas abordagens. Em nota, a prefeitura também pôde se manifestar: alegou que o motivo do esquema seria deixar a população melhor informada. Notas de repúdio de entidades ligadas ao jornalismo destacaram que estes não foram fatos isolados, mas uma política de constrangimento da imprensa. Diferentemente de outros episódios, este mereceu diversos outros recursos visuais e utilização de um personagem. Chama atenção a abordagem direta aos agressores utilizada pela reportagem, recurso incomum no telejornal.

O JN também noticiou em cinco de setembro um caso de "Cerceamento à liberdade de imprensa por decisões judiciais". A juíza Cristina Serra Feijó proibiu a TV Globo de divulgar documentos do caso das "rachadinhas", envolvendo o deputado estadual Flávio Bolsonaro. Ela alegou risco de dano à imagem do senador. A prática da "rachadinha" significa pagar funcionários contratados e receber uma parte de volta.

Neste dia, o caso foi noticiado por meio de uma nota seca, que abordou a decisão judicial e uma nota da TV Globo, que afirmou respeitar a decisão, mas considerar o caso um cerceamento à liberdade de informação. Em seguida, o caso das rachadinhas foi brevemente resgatado para facilitar o entendimento da notícia. A maior parte do tempo foi dedicada a notas de repúdio de entidades ligadas à imprensa, que trataram o caso como censura. Mesmo com a limitação decorrente da falta de materialidade audiovisual, o caso foi noticiado por meio de nota seca, tendo em vista o critério de noticiabilidade a ele agregado. O fato é apresentado como um impedimento da livre função do jornalismo de fiscalizar o Estado e os funcionários públicos. Neste caso, nenhum jornalista especificamente é colocado como vítima da narrativa, mas a própria TV Globo. Os vilões

da narrativa são a juíza e o filho do presidente. O posicionamento postado por ele em uma rede social foi noticiado.

Mais à frente, em 18 de setembro, outro episódio virou notícia no JN: um "Impedimento ao exercício da profissão". Os jornalistas Mel Parizzi e Idemar Marcatto, da TV Centro América (afiliada da Globo), foram impedidos de acompanhar Bolsonaro em visita a uma fazenda como parte da agenda no município de Sorriso, no Mato Grosso. Um dos seguranças reconheceu os funcionários da emissora, que foram retirados da fazenda.

A narrativa do JN evidenciou que o episódio teve como alvo principal a TV Globo e, conseqüentemente, a afiliada e seus profissionais. O fato da expulsão da equipe foi narrado por um tempo breve. A mensagem principal foi a de que a equipe de segurança do presidente impediu o trabalho dos jornalistas da emissora. Grande parte do momento noticioso foi dedicada a uma nota conjunta de associações, que consideraram o fato uma censura à TV Centro América, já que outras equipes puderam acompanhar o evento. O JN procurou o Palácio do Planalto para se posicionar, prezando pela audição de todos os lados, mas não teve retorno. Mais que um desrespeito aos profissionais, o caso foi destacado, principalmente, como um prejuízo à liberdade de imprensa. Apesar da repórter e do cinegrafista terem sido as vítimas, o alvo principal dos cerceadores era a TV Globo. Mais uma vez, com a falta de recursos de imagem, houve a opção por noticiar o fato, devido ao valor-notícia agregado. Há um conflito evidente, entre TV Globo e seus profissionais, e os seguranças do presidente e o próprio Bolsonaro.

Outro episódio de agressão física exibido no JN foi no dia 29 de outubro. Arcênio Corrêa, repórter da TV Integração, afiliada da TV Globo, foi violentado em frente a um posto de saúde na cidade de Prata no triângulo mineiro, durante entrevista como parte da cobertura das eleições municipais. Um homem avançou sobre o repórter e tentou tomar o celular dele. Outro homem lhe enforcou por trás. As agressões terminaram graças à intervenção de profissionais da unidade de saúde e do repórter cinematográfico Stanley Matias, que deixou a câmera ligada o tempo todo. Tamanha a importância da agressão ter sido materializada em vídeo é que a narrativa pôde ser evidenciada em todo o texto descritivo do ocorrido. Além de mostrar a agressão ao repórter, por meio de um loc off⁶, o flagrante ainda exhibe a violência física contra o cinegrafista que tentou ajudar o colega,

⁶ "Loc off" é o termo utilizado para a notícia que é lida ao vivo e coberta com imagens.

além da fuga de um dos agressores. Vilões da narrativa, os agressores foram identificados pelo nome. Funcionários do hospital, apesar de não terem sido citados, se assustaram com a violência repentina e tentaram parar as agressões. O médico, que tentou arrancar o celular do repórter, foi procurado para ter oportunidade de fala, mas não atendeu às ligações da produção do JN. O outro agressor, funcionário da prefeitura, não teve posicionamento noticiado, mas a edição destacou a sua exoneração do cargo. O estado de saúde do repórter foi informado, mas ele não teve depoimento veiculado. Os apresentadores destacaram os nomes de entidades ligadas ao jornalismo que repudiaram o ocorrido, mas as notas não foram lidas.

Por fim, o assassinato de um jornalista ocorrido no dia 15 de novembro foi notícia no JN. Segundo a Fenaj, Edney Menezes de 44 anos foi morto a tiros na cidade de Peixoto de Azevedo, no Mato Grosso. Ele estava dentro de seu carro, quando dois homens, em uma motocicleta, se aproximaram do veículo e um deles efetuou os disparos. Três tiros acertaram a cabeça do jornalista, que morreu no local. Edney trabalhou como jornalista na campanha pela reeleição do prefeito da cidade e, horas antes de ser morto, comemorou o resultado das urnas na internet.

Já que o caso foi no domingo, um dia antes da edição ir ao ar, foi utilizada uma atualização do fato: a de que a polícia estaria investigando a morte do jornalista. Em seguida, em formato de loc off, o texto foi coberto com fotos da vítima, que suprimiu a ausência da materialidade audiovisual do flagrante do crime. Ao falar do carro onde o jornalista estava, fotos do veículo, na cena do crime, são utilizadas. O carro está longe, mas é possível perceber que há um homem no banco do motorista, o qual parece ser o jornalista baleado. Sua imagem não foi borrada para ir ao ar, o que configura uma preocupação em termos éticos. Cabe ressaltar que não é de costume da emissora exibir imagens violentas como esta, sem que haja um cuidado na edição. Ao falar que ele trabalhava em uma campanha política, imagens do município encerraram a cobertura, como recurso de localização do fato.

O telejornal destacou ainda, em nota pé, que ninguém foi preso e que não havia ainda uma motivação para o crime. A Fenaj informa, em seu relatório da violência, que o jornalista havia comentado com familiares sobre ameaças recebidas, e ainda que a Polícia Civil encontrou a moto utilizada no crime e prendeu um suspeito, mas que outros dois identificados não foram detidos. Essas informações não foram noticiadas no telejornalístico. Ao que parece, o objetivo foi apresentar o fato do assassinato de um

profissional da imprensa, sem que haja um acompanhamento das investigações. Ademais, a narrativa deste conflito parece deixar um espaço vago: o do agressor. Não por opção do telejornalístico, mas pelo fato em si. Não se sabe quem fez e nem porquê. Apenas quem foi a vítima: o profissional jornalista, calado definitivamente. Cabe destacar que a edição chamou atenção para o fato de que ninguém ainda havia sido preso. A sensação é de que não houve punição.

Todos os casos tiveram relação com política, seja por envolvimento de jornalistas em campanha eleitoral ou, de maneira mais comum, por um ataque proveniente de lideranças governamentais. De todos os registros da Fenaj em 2020, grande parte teve como agressor o próprio chefe da nação, como veremos a seguir.

Episódios em que Jair Bolsonaro foi o agressor

Quase metade dos registros de hostilidades, agressões e intimidações à imprensa em 2020 vieram de Jair Bolsonaro. Grande parte destes ataques acontece no chamado "cercadinho" do Palácio da Alvorada em Brasília. Ali, profissionais passaram a ser desrespeitados por Bolsonaro e, a exemplo dele, por apoiadores, que também tem um espaço reservado em um cercadinho ao lado. O fato levou a Folha de São Paulo e o Grupo Globo a retirarem seus repórteres da cobertura em frente ao Alvorada, em maio de 2020. A Folha disse que só retomaria a cobertura depois de garantia de segurança aos profissionais e o Grupo Globo enviou uma carta ao governo federal relatando a dificuldade do trabalho jornalístico no local frente às agressões.

Entre os episódios que tiveram Bolsonaro como autor, pelo menos dois elencados como "agressão verbal" e outro configurado como "descrédibilização da imprensa" pela Fenaj foram noticiados no JN em 2020. Um deles foi em 18 de fevereiro. A jornalista Patrícia Campos Melo, repórter da Folha de S. Paulo, foi atacada verbalmente pelo presidente. Em frente ao Alvorada, para jornalistas, o presidente afirmou, com insinuação de cunho sexual: “Ela queria um furo, ela queria dar o furo a qualquer preço contra mim.” O presidente se referiu ao depoimento que uma fonte da jornalista teria dado, em que ele disse que Patrícia queria “um determinado tipo de matéria a troco de sexo”.

Esse foi um dos casos que mereceu mais atenção do telejornal. Bolsonaro aparece como o vilão da narrativa, ao falar da jornalista desta forma. A cabeça da reportagem destaca a comoção não só de associações e sindicatos de imprensa, mas da sociedade.

Como de costume, episódios violentos que tem como autor Bolsonaro são gravados pelas câmeras das equipes de reportagem. O VT começa com a contextualização do assunto a que Bolsonaro se referia no momento da agressão. Em seguida, é exibido o trecho em que ele ataca a jornalista. Percebe-se que, no momento em que ele diz "ela queria dar o furo", há gargalhadas, que não são identificadas. O VT destaca, por meio de artes, o posicionamento do jornal onde a profissional trabalha e de entidades ligadas ao jornalismo. As notas são acompanhadas de entrevistas com representantes destas instituições, evidenciando tamanho espaço destinado à posição das entidades. Além das gravações com Bolsonaro, também foram incluídas as falas de dois deputados que repudiaram a agressão. A jornalista Patrícia Campos não foi ouvida.

Episódio semelhante ocorreu no dia cinco de maio, em entrevista em frente ao Palácio da Alvorada. Bolsonaro mandou um repórter da Folha de S. Paulo calar a boca, depois de criticar a notícia do dia, informando que o novo diretor da Polícia Federal teria acatado um pedido dele. O presidente disse: "Cala a boca, não te perguntei nada! Folha de São Paulo! Um jornal patife e mentiroso! Cala a boca! Cala a boca! [...] Então é uma manchete canalha, mentirosa, e vocês da mídia, grande parte: tenham vergonha na cara! A grande parte só publica patifaria!"

A matéria do JN destacou o tom agressivo de Bolsonaro e utilizou imagens gravadas pelos jornalistas, para os quais o presidente se direciona sem temores. O trecho de fala de Bolsonaro utilizado na matéria dá espaço à versão do presidente sobre o assunto, em que ele nega movimentações irregulares. Em seguida, o texto cita a truculência utilizada pelo presidente ao falar com o jornalista, momento em que o trecho da agressão é exibido. O jornalista, vítima da narrativa, não foi ouvido, mas o veículo ao qual ele pertence teve sua nota divulgada por meio de uma arte. Utilizou-se trechos de falas de três senadores, dois governadores e de associações ligadas ao jornalismo, que repudiaram o ocorrido. Em nota pé, a apresentadora diz que, posteriormente, Bolsonaro voltou ao local e se desculpou.

Por fim, no dia 24 de agosto de 2020, um episódio considerado como "Descrédibilização da imprensa" pela Fenaj foi noticiado no JN. Foi por meio de um loc off com uma sonora do presidente, em um evento realizado sobre a pandemia da Covid-19. No trecho da fala do presidente que foi exibido, ele disse que sempre foi atleta do Exército e alegou que a imprensa sempre debocha disto. E ao se referir à Covid-19 e aos jornalistas, ele disse: "Quando pega algum bundão de vocês, a chance de sobreviver é

bem menor". O conflito evidencia os papéis dos envolvidos: os profissionais da imprensa como as vítimas e o presidente da república como o vilão da narrativa. Mais uma vez a narrativa telejornalística se utilizou da materialidade audiovisual do fato. Desta vez, sem uma vítima específica, mas como alvo a classe jornalística. Apesar disto, as entidades sindicais ligadas aos profissionais da imprensa não foram ouvidas ou não tiveram posicionamentos noticiados.

Considerações finais

Percebe-se, portanto, que todos os episódios elencados pela Fenaj e noticiados no JN tiveram relação com política, seja nas esferas nacional, estadual ou municipal. Motivações políticas levaram a agressões ou até à morte de profissionais da imprensa, além do impedimento do exercício da profissão, limitando espaços de fala à sociedade e cerceando as pessoas do direito à informação. Foi possível evidenciar como as atitudes do maior líder político do país, o presidente da república, interferem nas ações realizadas por outros chefes de governo e pelos seguidores de suas ideologias. É como se uma permissão fosse concedida: se o presidente do Brasil faz, todos podem fazer. Se o líder supremo, que chegou como uma promessa para “endireitar” o Brasil, diz que a imprensa está errada, é evidente que uma grande parte da população, que idealizou essa liderança, parece seguir o que ele diz.

Como consequência, assistimos a uma série de hostilidades e agressões aos profissionais da imprensa no ano de 2020. Os jornalistas precisaram recuar em muitos momentos, como estratégia de proteção e, ao mesmo tempo, passaram a registrar não só os fatos que viam, mas o seu próprio trabalho, como método de proteção. As câmeras das equipes de TV continuaram ligadas e registraram episódios de agressão aos próprios profissionais. O fotojornalista, enquanto era violentado, fazia cliques para registrar o rosto dos agressores. Os profissionais que costumavam contar histórias, agora precisam falar de suas próprias vivências, estão inseridos na narrativa. Estes conflitos, como evidenciado por Iluska Coutinho (2012), são contados nos telejornais por meio de uma dramaturgia do jornalismo audiovisual. De fato, no principal telejornal da TV Globo, emissora-alvo recorrente dos ataques, diversos recursos foram utilizados para ajudar a narrar os fatos e facilitar o entendimento. Os conflitos, na maioria das vezes, consideravam os jornalistas como vítimas – ou, os veículos de imprensa. Quase sempre os vilões eram lideranças

políticas ou seus seguidores e funcionários. Nos casos que tiveram maior repercussão nacional, o JN lançou mão de recursos audiovisuais, como artes, para evidenciar os conteúdos da narrativa.

Ficou evidente tamanha importância da materialidade audiovisual para que as narrativas fossem construídas e conseguissem um espaço no principal telejornal da TV aberta do país. É que, dos episódios que não haviam sido registrados em vídeo, somente os considerados mais graves ou que tiveram maior repercussão é que mereceram uma nota seca na edição, evidenciando o fato de que há outros critérios de noticiabilidade em jogo que não somente a imagem. Ao mesmo tempo, foi possível comprovar que o JN não ouviu as vítimas em nenhuma das narrativas. Em algumas delas, o telejornalístico relatou as notas de repúdio das empresas nas quais os jornalistas trabalhavam, em outras foi noticiado o estado de saúde das vítimas agredidas fisicamente, mas os próprios profissionais não tiveram espaço de fala. No entanto, é possível perceber tamanho espaço dedicado aos posicionamentos de entidades ligadas ao jornalismo. Fica evidente o objetivo do telejornal, que não é dar nome às vítimas agredidas, mas mostrar o atentado à liberdade de imprensa no Brasil.

Com as crescentes exposições dos episódios de agressão à imprensa nos telejornais, se espera uma maior conscientização das pessoas perante à importância do trabalho dos jornalistas para a nação e, conseqüentemente, a redução desse tipo de acontecimento. No ano de 2021, mais uma vez os episódios de agressão a jornalistas registrados pela Fenaj bateram recorde – foram 430, dois a mais que em 2020. Numa espécie de guerra de informações, pretende-se mostrar às pessoas que episódios assim colocam em risco a democracia no país e prejudicam a própria sociedade. Neste contexto, a materialidade audiovisual seguirá contribuindo.

Referências bibliográficas

COUTINHO, I. **Dramaturgia do Telejornalismo**: a narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão de Juiz de Fora-MG. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

COUTINHO, I. Compreender a estrutura e experimentar o audiovisual - Da dramaturgia do telejornalismo à análise da materialidade. In EMERIM, C; COUTINHO, I & FINGER, C. **Epistemologias do telejornalismo brasileiro**. Florianópolis: Insular, 2018. pp.175-194

COUTINHO, I. O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade: A análise da materialidade audiovisual como método possível. In: **Anais XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2016, São Paulo, SP. Anais [...]. São Paulo, Brasil: USP, 2016.

DOMENACH, J. **A propaganda política**. São Paulo: Ebook, 1963.

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: relatório 2020**. Brasília, 2021. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_fenaj_2020.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

PNAD Contínua - **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2018 / IBGE**, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2020

SOUZA, G. L.; COUTINHO, I. A violência contra jornalistas como notícia regional e nacional: a exibição do ataque a uma equipe de TV em Barbacena no MG2 e no Hora 1. In: 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom, 2021, Recife. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: Intercom, 2021. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2021>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SOUZA, G. L.; COUTINHO, I. Um episódio de agressão em tela: as imagens do ataque à uma equipe de TV em Barbacena como registro do que não se deve repetir. In: XIII Encontro Nacional de História da Mídia, 2021, Juiz de Fora. **Anais eletrônicos** [...] Juiz de Fora: Alcar, 2021. Disponível em: https://alcarnacional2021.com.br/?page_id=2228. Acesso em: 20 jul. 2022.